

EDITORIAL

Apresentamos uma nova edição da Revista do Direito Público.

Esta edição, nº. 3, do volume 13, é constituída por textos elaborados por autores de nosso estado do Paraná e de todo Brasil, com temas de Direito do Trabalho, Direito Constitucional, Direito Concorrencial, Direito Civil, Direito Ambiental, Direito Administrativo e Direito Econômico,

No tocante ao Direito do Trabalho, o estudo *“A precarização do trabalho docente: análise crítica das alterações no ambiente de trabalho produzidas no ensino superior a distância”*, possui como ponto de partida a investigação das mudanças do ambiente de trabalho, primordialmente decorrente do emprego de novas tecnologias. Deste modo, buscou-se a análise das alterações no mercado de trabalho brasileiro e a precarização do trabalho docente no ensino superior a distância no país.

Por sua vez, quanto ao Direito Constitucional, o artigo intitulado *“Desclassificação de candidato aprovado em concurso público tendo por base limitações de exames médicos”*, possui como escopo o estudo dos limites de exames médicos como a causa de desclassificação de candidato aprovado em concurso público. Assim, o estudo aponta a importância da existência de um embasamento legal para sua solicitação, bem como quanto a essencialidade da aplicação da Teoria dos Princípios e a Teoria da Argumentação Jurídica nessa problemática.

No campo do Direito Concorrencial o artigo *“Balcão único para os ‘primeiros a tocar o sino’ em acordos globais de leniência”* expõe os problemas causados pela conduta de acordos ilegais entre “concorrentes” de mercado, os chamados cartéis. Em consequência dessa conduta socialmente indesejada, o trabalho analisa o tratamento destinado por diferentes países em programas de leniência, incluindo nesse rol a senha para o primeiro denunciante. Assim sendo, mais a frente, o estudo aponta o excesso de jurisdições para acordos de leniência, o qual, em âmbito mundial, gera ineficiências ao sistema de defesa da concorrência

No que diz respeito ao Direito Administrativo, o estudo *“Análise das competências legislativas municipais sobre o enfoque da administração pública gerencial”* investiga as contribuições da administração pública gerencial nos processos de execução das competências legislativas municipais. A pesquisa objetiva demonstrar que para garantir uma prestação de serviços públicos efetivos é preciso ir além da redefinição da atuação dos municípios, sendo necessário um melhor repasse de verbas para a efetivação de suas competências.

No âmbito do Direito Econômico, o artigo *“A contribuição da análise de custo-benefício na avaliação da eficiência de regras fundiárias do distrito federal”* propõe avaliar a eficiência de algumas regras do Plano Diretor do Ordenamento Territorial (PDOT) do Distrito Federal, sob a ótica da Análise Econômica do Direito (AED). Nesse diapasão, o trabalho

analisa as implicações práticas dessas normas no comportamento dos habitantes dessa unidade federativa, considerando o contexto da política pública de terras.

Também com pauta no Direito do Trabalho, o artigo “*A terceirização na administração pública: o uso do direito e da linguagem jurídica no contexto do RE nº 760.931/DF*” indica alguns dos principais elementos da teoria e da prática da “terceirização”, visando analisar as condições laborais do trabalhador, compreendida sob a forma de contratos de gestão ou termos de parcerias para a execução de atividades-meio. A pesquisa analisa o contexto histórico normativo de resultados, tanto do ponto de vista da extensão, quanto da ampliação de seus conteúdos.

No que tange ao Direito Civil e Direito Ambiental, o artigo “*Responsabilidade civil ambiental: reflexões sobre sustentabilidade, compensação e prevenção*” analisa a responsabilidade civil à luz do paradigma da sociedade de risco, caracterizada pelo avanço tecnológico e, principalmente, pelos efeitos colaterais negativos daí advindos. Neste escopo, o trabalho possui como enfoque a sustentabilidade, estudando a necessidade de respostas no plano da reparação dos danos, em que o Direito, como mecanismo de organização, solução e administração de controvérsias, tem a importante função de responder a tais desafios.

Do mesmo modo, possuindo como base o Direito Administrativo, o artigo “*Administração pública gerencial brasileira e os desafios para prosseguir na sua implementação*”, discute as necessidades de se implantar no âmbito público um novo modo de gestão, com descentralização das atividades prestadas pelo Estado

Ainda no âmbito do Direito Constitucional e Administrativo, o artigo “*Cooperativismo de crédito: uma alternativa de desenvolvimento socioeconômico*” realiza uma reflexão sobre a necessidade de implementação de políticas públicas adequadas para estimular e viabilizar de modo eficiente o cooperativismo de crédito.

Deste modo, a pesquisa perpassa pelo reconhecimento da importância do cooperativismo de crédito como instrumento de desenvolvimento socioeconômico.

No que se relaciona com o Direito Econômico, o trabalho “*Responsabilidade corporativa como ferramenta de desenvolvimento socioeconômico*” busca averiguar a amplitude e a essencialidade da responsabilização das companhias em decorrência do exercício de sua atividade, considerando a evolução comercial decorrente do desenvolvimento do capitalismo e do advento da globalização.

Nesta edição, a revista conta ainda com duas resenhas. A primeira examina a obra “*Reforma Administrativa e burocracia: impacto da eficiência na configuração do direito administrativo brasileiro*”, de Irene Patrícia Nohara. E a segunda, trata da obra “*Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*” de James Holston.

Esperamos que apreciem a leitura de nosso terceiro volume deste ano e que as pesquisas divulgadas aqui fomentem novos estudos.

Prof. Dr. Luiz Fernando Bellinetti